

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim *Economia & Tecnologia* publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O *download* gratuito pode ser feito no *site* www.economiaetecnologia.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

De acordo com análise no mercado financeiro, a tendência de queda da taxa de juros básica da economia brasileira é de arrefecimento em sua margem de redução. O Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN) defende nos meios de comunicação com a imprensa e com o mercado que ainda há espaço para nova queda da taxa básica de juros, a SELIC, hoje em 8,75% ao ano. No entanto, esse espaço estaria cada vez mais estreito.

A partir do contexto exposto, o mercado deve esperar eventuais reduções menores do que as adotadas nas últimas reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária). Acredita-se que na medida em que se consolida um cenário de taxa de crescimento negativo no ano de 2009, a queda nos juros poderia ser de meio ponto percentual, como na última reunião, ou 0,25 ponto percentual, caso ocorra algum desvio imprevisto sobre o IPCA. Dificilmente, de acordo com análise no mercado financeiro, o BACEN fará novas diminuições na casa do 1 ponto percentual, como fez ao longo do primeiro semestre.

As próximas reuniões do COPOM estão agendadas para os dias 1 e 2 de setembro, 20 e 21 de outubro e 8 e 9 de dezembro.

O último relatório Relatório Focus (tabela abaixo) divulgado pelo BACEN, aponta uma expectativa de manutenção da taxa de juros básica, em 8,75% a.a.

TABELA 1 - EXPECTATIVAS DE MERCADO

Mediana – Agregada	2009		
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje
IPCA (%)	4,53	4,4	4,37
IGP-DI(%)	0,9	-0,18	-0,31
IGP-M(%)	0,44	-0,23	-0,63
IPC-FIPE (%)	4,11	4,11	4,11
Taxa de Câmbio - Fim de Período (R\$/US\$)	1,95	1,9	1,85
Selic - fim de período (% a.a.)	8,75	8,75	8,75

Fonte: Banco Central do Brasil.

De acordo com dados do BACEN, o IPCA deve terminar 2009 em 4,37%, contra projeção anterior de 4,40%. Dessa forma, a taxa se distancia do centro da meta de inflação estipulada pelo governo, de 4,5%. Para 2010, a previsão também foi modificada e o IPCA deve marcar 4,30%, em vez de 4,32%.

O mercado financeiro mudou ainda as estimativas para o IGP-DI e IGP-M em 2009, que devem ter deflação de 0,31% e 0,63% neste exercício, respectivamente. No Boletim Focus disponibilizado pelo BACEN, a projeção era de queda de 0,18% e 0,23% para cada um dos indicadores.

No caso do IPC-Fipe, foi conservada a previsão de acréscimo de 4,11% no nível de preços.

A previsão para o mês de agosto é que o IPCA deve subir 0,26% e o IPC-Fipe deve aumentar 0,40%. Em julho, a expectativa era de alta de 0,30% e 0,36%, na ordem. O IGP-DI deve recuar 0,04%, contrariando o prognóstico passado, de elevação de 0,10%. Para o IGP-M, o decréscimo estimado é de 0,29%, mais expressivo do que a perda de 0,05% aguardada anteriormente.

A expectativa em relação à taxa de câmbio é de chegar a um patamar de 1,85. A atuação do Banco Central no câmbio tem dois efeitos. O primeiro deles é: reforçar as reservas em moeda estrangeira do país e colaborar para uma desvalorização do real, o qual caso se mantenha em patamares sobrevalorizados prejudicaria ainda mais as exportações brasileiras.

As intervenções do BACEN nos últimos meses ajudaram as reservas brasileiras a subir no montante de US\$ 201,3 bilhões no final de abril para US\$ 212,6 bilhões na última sexta-feira (14/08). A pressão sobre a taxa de câmbio é resultado do aumento que a ação do BC provoca na procura por dólares no mercado.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE divulgou no início do mês de agosto os indicadores referentes ao desempenho da indústria brasileira no mês de junho de 2009. Os indicadores da indústria vêm sendo observados com grande atenção, uma vez que este é um dos setores da economia brasileira que mais sentiu os efeitos da crise econômica mundial.

Na passagem de maio para junho do corrente ano a produção industrial geral apresentou crescimento de 0,2%, sustentando o ritmo de crescimento da atividade fabril em 2009. A categoria de bens de consumo semiduráveis e não duráveis apresentou retração de 2,6% conforme indica a tabela 2. Todas as demais categorias de uso apresentaram expansão. O destaque foi para o setor de bens de capital, que apresentou o crescimento de 2,1%, sendo considerado um dos mais importantes setores por refletir a percepção dos empresários em relação ao futuro da economia e a necessidade de crescimento da produção.

No comparativo entre junho de 2008 e junho de 2009, no entanto, o resultado ainda é preocupante. A indústria geral apresentou queda de 10,9% na produção, sendo que a categoria de bens de capital apresentou forte retração de 24,4%, a maior entre todas as categorias. Na comparação entre o acumulado de 2009 e igual período de 2008 os números também são de retração, novamente com destaque negativo para a categoria de bens de capital. Todas as demais categorias de uso também apresentaram retração nesses dois comparativos, demonstrando o mau desempenho da atividade industrial no corrente ano quando comparado ao ano passado.

TABELA 2 - INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIAS DE USO. BRASIL - JUNHO/2009

Categorias de Uso	Variação (%)			
	Mai-09/Jun-09*	Jun-08/Jun-09	Acumulado 2009	Acumulado 12 meses
Bens de Capital	2,1	-24,4	-23,0	-6,2
Bens Intermediários	0,7	-11,8	-15,8	-8,8
Bens de Consumo	-2,2	-6,2	-7,2	-3,7
Duráveis	0,4	-12,7	-19,1	-12,3
Semiduráveis e não duráveis	-2,6	-4,0	-3,1	-0,9
Indústria Geral	0,2	-10,9	-13,4	-6,5

Fonte: IBGE

* Série com ajuste sazonal

A tabela 3 apresenta o desempenho do emprego industrial. Na passagem de maio para junho do corrente ano houve queda no nível de pessoal ocupado e na folha de pagamento real. O número de horas pagas, no entanto, registrou crescimento de 0,5%, finalizando uma sequência de oito quedas consecutivas. Nos comparativos entre 2008 e 2009, contudo, os resultados ainda são preocupantes, apresentando redução em todos os indicadores avaliados, influenciados principalmente pelo setor de transportes e calçados e artigos de couro.

TABELA 3 - INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIAS DE USO. BRASIL - JUNHO/2009

Variáveis	Variação (%)			
	Mai-09/Jun-09*	Jun-08/Jun-09	Acumulado 2009	Acumulado 12 meses
Pessoal Ocupado Assalariado	-0,1	-6,6	-5,1	-1,9
Número de Horas Pagas	0,5	-6,9	-5,8	-2,3
Folha de Pagamento Real	-1,7	-2,0	-1	2,3

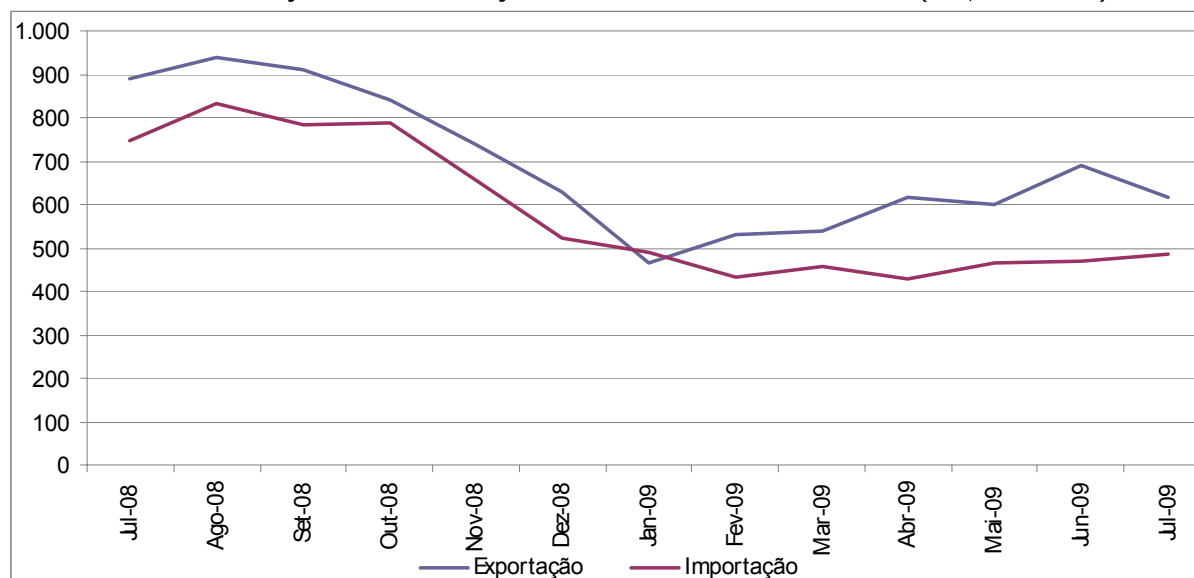
Fonte: IBGE

* Série com ajuste sazonal

SETOR EXTERNO

O Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior registrou superávit comercial de US\$ 2,93 bilhões no mês de julho, equivalentes a US\$ 127,3 milhões distribuídos em cada um dos 23 dias úteis do mês passado. Adotando-se o critério da média por dia útil, o superávit mensal foi 42,2% menor do que o de junho, e 11,7% menor do que o superávit de julho do ano passado. De fevereiro até julho, o superávit comercial brasileiro cresceu o equivalente a 5,3% ao mês.

GRÁFICO 1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR DIA ÚTIL (US\$ MILHÕES)



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Brasil exportou em julho o equivalente a US\$ 14,14 bilhões, ou US\$ 614,9 milhões por dia útil. Este valor foi 10,7% inferior ao registrado em junho, e 30,8% menor do que o registrado em julho do ano passado. De janeiro até o mês passado, o valor das exportações brasileiras cresceu a uma taxa média de 4,7% ao mês.

As cinco categorias de produtos mais exportados no mês passado foram grãos de soja (10,4% do valor exportado), óleos brutos de petróleo (9%), minérios de ferro (6,4%), resíduos da extração do óleo de soja (3,9%) e açúcar de cana (3,7%).

As importações em julho equivaleram a US\$ 11,21 bilhões, ou US\$ 487,6 milhões por dia útil. O valor diário foi 4% superior ao registrado em junho, e 34,5% inferior ao registrado em julho do ano passado. De janeiro até julho deste ano, o valor das importações brasileiras manteve-se praticamente estável, decrescendo a uma taxa média de 0,1% ao mês.

As cinco categorias de produtos mais importados em julho foram óleos brutos de petróleo (8,2% do valor importado), cloretos de potássio (2,8%), automóveis médios (2,6%), naftas (fração da destilação do petróleo, 1,7%) e óleo diesel (1,3%).

FINANÇAS PÚBLICAS

A receita total do governo central somou R\$ 40.771 milhões em junho, 2,2% a menos que a de maio. Ambas as Receitas da Previdência Social e do Tesouro Nacional caíram 2,3%. A receita total líquida de transferências a estados e municípios somou R\$ 42.112 milhões em junho, sendo 3,2% menor que a de maio. Embora a arrecadação bruta do TN tenha aumentado em função do aumento dos ganhos com IRRF (R\$ 2,8 bilhões), IRPJ (R\$ 867,9 milhões) e Cofins (R\$ 531,9 milhões), as restituições e a queda nos ingressos com as demais receitas impossibilitaram um aumento da arrecadação líquida. Já as despesas totais somaram R\$ 42.756 milhões em junho, caindo 2,3% em relação ao mês anterior. Destaque para a rubricas pessoal e encargos sociais e benefícios previdenciários que apresentaram aumentos de R\$ 480,8 milhões e R\$ 304,8 milhões, respectivamente. Estes foram compensados pela queda expressiva nos gastos da rubrica custeio e capital de R\$ 1.806 milhões.¹

No acumulado até junho a receita total atingiu R\$ 341.298 milhões, valor 1,1% inferior ao registrado entre janeiro e junho de 2008. Em 2009 houve queda nas receitas do TN no montante de R\$ 12.303 milhões, compensada parcialmente pelo aumento da arrecadação da Previdência Social, de R\$ 8.462 milhões. Contribuiu para estes resultados a queda de R\$ 4,5 bilhões nos ganhos com o IPI, em função da alteração da tabela do imposto para automóveis, da queda na produção industrial de 13,9% entre janeiro e maio deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior e de desonerações decorrentes de políticas anticíclicas do governo. As arrecadações com Cofins, CIDE, IOF e IRPJ também registraram quedas. Pelo lado das despesas houve aumento de 17,1% na comparação dos acumulados de 2008 e 2009. Destaque para os acréscimos de gastos com pessoal e encargos sociais (R\$ 12.535 milhões), benefícios previdenciários (R\$ 11.582 milhões) e Custeio e Capital (R\$ 13.228 milhões).

O resultado primário do governo central atingiu 1,28% do PIB entre janeiro e maio de 2009, 3,12 p.p. inferior ao registrado entre janeiro e maio de 2008.

TABELA 4 – RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL – JAN – JUN/ 2009

Descrição	Mai/09	Jun/09	VAR (%)	Jan-Jun/08	Jan-Jun/09	VAR (%)
Receita total	56.292,3	55.027,6	-2,2	344.945,6	341.298,6	-1,1
Receitas do Tesouro	41.711,9	40.770,7	-2,3	270.637,7	258.334,4	-4,5
Receitas da Previdência Social	14.400,8	14.063,9	-2,3	73.502,7	81.965,0	11,5
Receitas do Banco Central	179,6	193,1	7,5	805,2	999,2	24,1
Transferências a estados e municípios	12.835,0	12.915,2	0,6	63.239,0	64.664,3	2,3
Receita líquida total	43.457,3	42.112,4	-3,1	281.706,7	276.634,3	-1,8
Despesa total	43.760,2	42.756,2	-2,3	220.328,3	258.071,3	17,1
Pessoal e encargos sociais	10.867,4	11.348,2	4,4	59.601,5	72.136,9	21,0
Benefícios previdenciários	17.140,5	17.445,3	1,8	91.658,9	103.241,1	12,6
Custeio e capital	15.460,2	13.654,8	-11,7	67.711,8	80.939,9	19,5
Transferência do Tesouro ao Banco Central	88,8	88,5	-0,4	383,2	531,4	38,7
Despesas do Banco Central	203,2	219,4	8,0	972,9	1.222,0	25,6
Resultado primário governo central	-302,9	-643,8	112,5	61.378,4	18.563,0	-69,8
Tesouro nacional	2.460,4	2.764,0	12,3	79.702,2	40.061,9	-49,7
Previdência Social (RGPS)	-2.739,7	-3.381,4	23,4	-18.156,2	-21.276,1	17,2
Banco Central	-23,6	-26,3	11,8	-167,7	-222,8	32,9
Result. primário do governo central⁽¹⁾	-290,8	nd	-	4,4%⁽²⁾	1,28%⁽²⁾	-

FONTE: Resultado Fiscal do Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/Tabela1.xls>. Acesso em: 13/08/2009.

NOTAS: (1) Corrigido pelo ajuste metodológico e discrepância estatística, em R\$ milhões; (2) Como proporção do PIB, sem as correções referidas na nota 1.

A Dívida Pública Federal aumentou em 3,3% entre maio e junho de 2009. Neste mês somou R\$ 1.435 bilhões, sendo composta por 30% em títulos de remuneração prefixada, 34,8% remunerados à taxa Selic e 26,1% a índices de preços. O prazo médio da DPF caiu de 3,56 anos para 3,53 anos e seu custo médio de 14,36% a.a. para 14,07% a.a. entre maio e junho.²

¹ Informações obtidas em: Resultado do Tesouro Nacional – Julho/2009. Brasília: TN. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/2009/Nimjun2009.pdf>. Acesso em: 13/08/2009.

² Informações obtidas em: Relatório Mensal da Dívida Pública Federal – Junho/2009. Brasília: TN. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/divida_publica/relatorio_jun09.pdf. Acesso: 13/08/2009.

Carlos Eduardo Fröhlich. Bacharel em Matemática e Graduando em Ciências Econômicas pela UFPR. Supervisor geral do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: macroeconomia e economia internacional.

carlos.e.frohlich@gmail.com

Guilherme Ricardo dos Santos Souza e Silva. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de macroeconomia.

guilherme.fdg@uol.com.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Analista Pleno da FIEP (Federação da Indústria do Estado do Paraná) e Professor da UniBrasil. Colaborador do boletim de Economia & Tecnologia. Área de concentração: inflação e política monetária.

lucianofg@gmail.com

Rafael Camargo de Pauli. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Colaborador do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: finanças públicas.

rafaelcdp@gmail.com